TERRITÓRIO LIVRE:
a ocupação estudantil do Colégio de Aplicação (São Paulo, outubro de 1967)

Free territory: the student occupation of the Colégio de Aplicação (São Paulo, October 1967)

Territorio libre: la ocupación estudiantil del Colegio de Aplicación (São Paulo, octubre de 1967)

BRUNO BONTEMPI JÚNIOR[1*], NATÁLIA FRIZZO DE ALMEIDA[2]
[1]Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. [2]Instituto Federal de São Paulo, Itaquaquecetuba, SP, Brasil.
*Autor correspondente. *E-mail: bontempi@usp.br.*

Resumo: O artigo narra a ocupação do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em outubro de 1967. Com base em documentação produzida pela escola, pelo Departamento de Educação, pela Comissão de Sindicância e em jornais, interpreta o evento como a culminância de diferenças que marcavam as relações entre a escola e a universidade. Apoiado nas considerações de Nora sobre o acontecimento em história, sustenta que, tendo alcançado uma projeção imprevista nos veículos de comunicação, a ocupação ganhou significados políticos mais graves e abrangentes em tempos de ditadura, os quais teriam influenciado a decisão, tomada pelas autoridades da faculdade e da Secretaria Estadual de Educação, de encerrarem uma experiência escolar considerada subversiva.

Palavras-chave: ensino secundário; movimento estudantil; ditadura.

Abstract: This article narrates the occupation of the Colégio de Aplicação of the Faculty of Philosophy, Sciences, and Letters of the University of São Paulo in October 1967. Based on documents produced by the school, by the Department of Education, by the Inquiry Committee, and in newspapers, it interprets this event as the culmination of differences that marked the relationship between the school and the university. Based on Nora's considerations about the event in history, the article argues that the occupation gained more significant and far-reaching political meanings, having achieved an unforeseen projection in the mass media in times of dictatorship, which would have influenced the decision taken by the authorities of the faculty and the state education department, to end up a school experiment considered subversive.
Keywords: secondary education; student movement; dictatorship.

Resumen: El artículo narra la ocupación del Colégio de Aplicação de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo, en octubre de 1967. A partir de documentación producida por la escuela, el Departamento de Educación, la Comisión de Investigación y en los periódicos, interpreta el evento como la culminación de diferencias que marcaron las relaciones entre la escuela y la universidad. Apoyado en las consideraciones de Nora sobre el acontecimiento histórico, sostiene que, habiendo alcanzado una proyección imprevista en los medios de comunicación, la ocupación adquirió significados políticos más serios y abarcadores en tiempos de dictadura, lo que habría influido en la decisión, tomada por las autoridades universitarias y el Departamento de Educación del Estado, de poner fin a una experiencia escolar considerada subversiva.

Palabras clave: enseñanza secundaria; movimiento estudiantil; dictadura.

https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e368
e-ISSN: 2238-0094

Introdução

A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá
(Hollanda, 1968).

Tradicionalmente, o Estado assegura a sua hegemonia mediante o uso complementar da violência e do controle ideológico. Os regimes autoritários, que se caracterizam pelo uso contínuo da repressão, igualmente se empenham em controlar e direcionar os veículos de comunicação e os sistemas de ensino. Por meio deles, exercem a *violence douce*, que visa a propagar e estender sobre as gerações a ideologia que justifica o regime. Quanto à educação e à cultura, cuidam de destituir pessoas, encerrar ou esvaziar instituições, destruir dispositivos subversivos e contraditórios, de modo a abrir caminhos à conversão dos sistemas de ensino, dos veículos de difusão cultural e de propaganda em engrenagens alimentadoras e reprodutoras do regime e do *status quo* que o sustenta.

No caso do regime instituído no Brasil, em 1964, as cassações no legislativo e no executivo, os expurgos e as prisões em massa de inimigos do regime pavimentaram o solo para as reformas no ensino, que se voltaram ao atendimento das demandas das classes apoiadoras do golpe, ao silenciamento do movimento estudantil, à inculcação de valores e comportamentos convenientes e ao alinhamento das diretrizes educativas às políticas econômica e de segurança nacional. A Operação Limpeza que se seguiu à tomada do poder atingiu professores, estudantes, membros de partidos políticos de esquerda e organizações como o Movimento de Educação de Base e a Juventude Universitária Católica. Uma ofensiva sobre Angicos, no dia seguinte ao golpe, desmantelou o grupo de Paulo Freire, que foi preso e exilado. Na Universidade de Brasília, o reitor Anísio Teixeira foi deposto e substituído por um interventor. Em São Paulo, sustentado no Ato Institucional Número 5 (AI-5), o governador demitiu docentes da Faculdade de Medicina, e foram levados a interrogatórios e processados os professores João Cruz Costa, Fernando Henrique Cardoso, Mário Schenberg e Florestan Fernandes – que foi detido pela polícia.

Os coletivos do numeroso e ativo movimento estudantil estavam sob a mira dos fautores do golpe, desde que haviam se assumido à esquerda do espectro político, ou seja, em oposição ao capitalismo, ao imperialismo e ao lado dos movimentos operário e camponês (Cunha, 1983). Além disso, como jovens da geração *baby-boom* do pós-guerra, compartilhavam uma cultura conectada, tanto pelo voluntarismo político e pelo encanto revolucionário, como por uma estética própria e por comportamentos desviantes, na moda e na moral (Garcia & Vieira, 1999). Na imagem projetada das casernas, os estudantes eram duplamente estigmatizados como inimigos da lei, da

ordem e da moral: avatares do fantasma do comunismo, eram protagonistas da corrupção dos 'bons costumes' (Muller, 2010).

Em 1967, secundaristas do Colégio de Aplicação (CA) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) organizaram um movimento grevista, deflagrado pela indignação diante da demissão arbitrária do diretor, que culminou na ocupação do prédio escolar. Os poderes do Departamento de Educação (DE) e da FFCL-USP seguiram o *script* reacionário e repressor do regime: forças policiais foram convocadas a debelar a sublevação; após o evento, uma sindicância foi instaurada para apurar as responsabilidades[1]. Menos de dois anos depois, a escola foi extinta.

Este artigo, sustentado em documentação sobre a ocupação estudantil e sobre os aspectos da organização, da gestão e das práticas pedagógicas que geravam conflitos externos e internos à comunidade escolar, atende à expectativa de contemplar as múltiplas formas de resistência ao regime ditatorial no campo da educação, das quais a ação de estudantes secundaristas é expressão. A narrativa pretende revelar que a ocupação do CA representou o ápice de uma crescente de conflitos irradiados em círculos concêntricos: gestão escolar, dissensos e rivalidades institucionais, relações pais-escola. Considerando, com Pierre Nora (1988, p. 181), que é por intermédio dos meios de comunicação de massa "[...] que [nas sociedades contemporâneas] o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar [...]", o artigo sustenta que, ao ser coberta pela imprensa, a ocupação tornou-se um fato que tangeu a sensibilidade da época e, por isso, assumiu significados que agitaram as paixões políticas e fizeram recair sobre a escola e seus sujeitos a ação repressiva.

ENTRE A IMPROVISAÇÃO E A INOVAÇÃO

Como aponta Dallabrida (2023), na década de 1950, em que o desenvolvimento econômico e a modernização estavam na ordem do dia, a inovação educacional era proclamada por intelectuais e educadores(as) como medida de ajustamento necessário, sobretudo para o ensino secundário, cuja expansão derivada do crescimento urbano e das cortes escolarizadas conflitava com o seu feitio elitista e disfuncional, assentado, segundo Chaloba (2023, p. 6), "[...] no ensino disciplinar, no currículo enciclopédico, na valorização de metodologias calcadas no verbalismo e na memorização e na exigência e rigor nos exames como critério de seleção do mérito voltado para a formação das elites e camadas médias".

[1] Em 6 de dezembro de 1967, o diretor da FFCL-USP instaurou uma comissão de sindicância para apurar os fatos da greve. Foram colhidos treze depoimentos e anexados documentos apresentados pelos depoentes. Os trabalhos se estenderam até janeiro de 1969, encerrando-se com a oitiva de Clóvis Bojikian. Os registros desse processo constituem parte da base documental deste artigo.

Ao final da década anterior, o decreto-lei n. 9.053/46 determinara a criação de ginásios de aplicação nas faculdades de filosofia, para a prática docente em cursos de didática, cabendo sua direção ao catedrático de Didática Geral e, aos alunos e às alunas, a regência das cadeiras secundárias (Correia, 2018). Relativamente à duração, à seriação das disciplinas, ao regime de provas e promoções e aos programas, os ginásios obedeceriam à Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. Ao entregar, contudo, a gestão administrativa e pedagógica às cadeiras de Didática, nas quais fermentava a investigação teórica e prática sobre a educação escolar, o governo lhes ofertava a oportunidade de inserir a inovação nas 'brechas no monólito educacional', mediante classes experimentais, a exemplo das *classes nouvelles*, em desenvolvimento na França dos anos 1950 (Dallabrida, 2023).

Na Universidade de São Paulo, a fundação do CA atendeu à insistente demanda de um grupo de docentes do DE, mais especificamente, de catedráticos e assistentes da cadeira de Didática Geral e Especial (Vidal et al., 2016). A criação e o desenvolvimento de classes experimentais era um dos temas mais tratados entre educadores(as), nos ambientes escolares e acadêmicos (Fontes, 1999) (Vieira, 2020). Na *Revista de Pedagogia*, coordenada por docentes da cadeira de Didática da FFCL, as classes experimentais eram tidas como um espaço para exercício e estudo de práticas de renovação pedagógica (Rozante, 2008).

Apenas em 1956, entretanto, foi assinado um convênio com a Secretaria de Negócios da Educação do Estado de São Paulo para a criação do ginásio de aplicação junto à faculdade. Santos (2015) sugere que a demora tenha decorrido da dificuldade na arrecadação de verbas e da resistência do Conselho Técnico e Administrativo à contratação dos auxiliares de ensino para a supervisão do exercício docente de estudantes. Havia, além disso, contrariedades e resistências, quer no DE, quer nas unidades escolares, a respeito da existência e funcionalidade desses estabelecimentos (Castro, 1992).

Fundado em 1957, o CA passou a ter como objetivo principal servir como campo de prática de ensino aos(às) discentes da FFCL-USP. Em seu ambiente, poderiam vivenciar o cotidiano escolar, observar e praticar as metodologias que circulavam nas classes experimentais da década de 1950. Em contraste com os altos desígnios, a estrutura física e organizacional era precária e assentada em soluções improvisadas. Instalado em salas do Colégio Roosevelt, sua área era reduzida e os corredores, estreitos. Não havia espaço para a recreação e para a educação física; existia apenas uma sala de professores e outra de coordenadores; não se contava com o regime de docência em tempo integral. Relatórios apontam que essas condições não poderiam ser aceitas senão como soluções provisórias, pois, para cumprir as finalidades de renovação educacional, seria "[...] indispensável contar com mais amplos recursos" (Suplemento..., 1960, pp. 129-130).

As verbas da Secretaria Estadual não cobriam as necessidades mais elementares, levando à necessidade de recorrer às famílias, sobretudo, para custear as classes experimentais[2]. Em 1962, um segundo convênio com o estado possibilitou implantar a inovação, com a adoção de experiências de coordenação de disciplinas, estudos dirigidos, acompanhamento individualizado e reuniões coletivas de orientação, trabalhos práticos e em equipe. O convênio oferecia às classes experimentais condições diferenciais, já que docentes passaram a ter remuneração por horas de reunião e pesquisa. Em encontros semanais, coordenação e docentes analisavam aspectos psicopedagógicos e propunham estratégias para a melhoria do rendimento escolar.

Quanto ao organograma institucional, desde 1958 funcionava no Colégio de Aplicação o Serviço de Orientação Educacional (SOE), sob a responsabilidade de Maria José Garcia Werebe[3]. Sua nomeação levou a uma divisão de poderes na condução das atividades, uma vez que a cadeira de Didática Geral e Especial seria responsável pela seleção e orientação do corpo docente, enquanto a Orientação Educacional gerenciaria o atendimento e a orientação discente e se encarregaria da mediação entre alunos(as) e professores(as). Em 1963, Amélia Americano de Castro assumiu a cátedra de Metodologia Geral do Ensino, o que repercutiria na gestão das classes experimentais[4]. Foi criado o Serviço de Orientação Pedagógica (SOP), sob sua direção, que buscava integrar as disciplinas utilizando metodologias como o estudo dirigido, a revisão das formas de avaliação e os estudos do meio.

Para Warde (1980), a criação do SOP indicava não haver consenso quanto aos princípios que deveriam nortear o projeto educacional. Se, para Werebe, o CA deveria ser um centro de formação de profissionais da educação da rede pública e formular práticas a serem utilizadas nas escolas secundárias do estado, a catedrática de Metodologia Geral do Ensino via nele um laboratório de metodologias de ensino e um campo de estágio e pesquisa para a FFCL-USP. Ainda segundo Warde (1980), as divergências geraram disputas, pois Amélia Americano procurava aumentar o poder da cadeira de Metodologia, enquanto Maria José Werebe não abria mão da ascendência sobre as diretrizes da escola.

---

[2] Em virtude da localização, o colégio atendia às famílias de Higienópolis, Barra Funda, Lapa e Pompeia, bairros com o predomínio de classes médias e trabalhadoras. No curso clássico matutino e no curso científico noturno, as origens sociais eram mais variadas do que nas classes experimentais, cujo contingente se compunha das proles de profissionais liberais, artistas e intelectuais.

[3] Maria José Garcia Werebe (1925-2006) formou-se em Pedagogia na USP nos anos 1940, tendo sido convidada por José Querino Ribeiro para ser assistente junto à cadeira de Didática. Em 1952, tornou-se livre docente pela FFCL-USP.

[4] Até 1961, FFCL-USP possuía dois departamentos dedicados aos estudos da educação: a Seção de Pedagogia e a Seção de Didática. Em 1962, a Congregação da FFCL-USP aprovou a reforma no curso de Pedagogia, que passou a ter um núcleo comum de disciplinas integradoras, como Prática de Ensino, Metodologia e Didática; e outro, com formações específicas nas áreas de concentração: Administração Escolar; História e Filosofia da Educação; Orientação Educacional (Santos, 2015).

ATRIBULAÇÕES NA GESTÃO DE CLÓVIS BOJIKIAN (1966-1967)

Em 1965, a diretora do Órgão de Planejamento Maria José Werebe designou o instrutor de Orientação Educacional Clóvis Bojikian como diretor do CA. No ano seguinte, sob o 3º convênio, o diretor passou a ser contratado por tempo integral. Clóvis visou a estender as condições de funcionamento das classes experimentais ao colegial, mas sua gestão ficaria marcada por polêmicas e conflitos. Segundo Julieta Ribeiro Leite (1968), o diretor havia redistribuído salas e aprimorado as instalações da secretaria e da biblioteca. Como as verbas anuais seguiam insuficientes, recorreu a estratégias pontuais para sustentar as reformas estruturais e as práticas de ensino. Para equipar o laboratório de química, por exemplo, firmou parcerias com outros órgãos do estado e contou com o auxílio das famílias. Beirando os limites do público e do privado, familiares de excedentes à admissão se propuseram a financiar a expansão das vagas do ginásio. Tais modos heterodoxos de arrecadação geravam estranhamento, sobretudo nas relações com o DE, uma vez que as verbas conseguidas junto às famílias eram acordadas verbalmente, sem o crivo das instâncias deliberativas da faculdade.

Outra medida polêmica foi a implantação das Jornadas Pedagógicas, que consistiam em assembleias da comunidade escolar organizadas pelo diretor e pelos serviços de orientação. O objetivo era propiciar a livre discussão dos objetivos e problemas do CA, visando ao aperfeiçoamento das práticas de ensino e gestão. Eram elencados temas e, após uma exposição, dividiam-se grupos menores para apresentar a síntese dos debates e as proposições. Em um contexto generalizado de controle autoritário das instituições, movimentos como esses não deixariam de gerar controvérsias na comunidade escolar e tensões nos relacionamentos entre o colégio e a faculdade.

Durante o ano de 1967, foram realizadas três Jornadas Pedagógicas. Na terceira edição, os(as) alunos(as) debateram a questão da indisciplina escolar e pleitearam soluções para os problemas de estrutura física. Na oportunidade, questionaram a ordem de prioridades do DE, indagando se o colégio deveria servir de campo para estágios ou se dedicar mais e melhor à formação secundária. A intervenção crítica e propositiva de estudantes era uma novidade perturbadora na cultura escolar predominante. Sylvia Magaldi[5] (1968, p. 21), em depoimento à Comissão de Sindicância, revelou a desconfiança com que a liberdade dada pelo diretor era por vezes encarada:

> O prof. Clóvis alterou com certa frequência esta atmosfera ao permitir uma certa indiscriminação entre diálogo e interpelação ao professor por parte dos alunos. Era muito querido deles e em conversa dizia: "o colégio é de vocês", sem se preocupar em mostrar a eles até onde podiam ir no uso de sua liberdade.

[5] Sylvia Magaldi era professora de História no CA. Em 1965, tornou-se coordenadora das classes experimentais.

Julieta Ribeiro Leite (1968) endossou Magaldi, acusando o diretor de não estabelecer limites, do que teria resultado um aumento dos casos de indisciplina. Para a coordenadora, os(as) estudantes se criam 'donos[as] da escola', confiantes de que poderiam opinar sobre as decisões cabíveis às instâncias deliberativas.

> Em relação aos alunos, o prof. Clóvis dava-lhes tratamento de igual para igual concedendo-lhes muita liberdade. Tinha uma concepção diferente no que se refere à relação alunos-escola. Até então a orientação da coordenação era no sentido de ligar a ideia de liberdade à noção de autoridade e de responsabilidade; a partir da direção do prof. Clóvis o conceito de liberdade se ampliou muito; exemplo disto foi a atuação dos alunos no grêmio não aceitando qualquer interferência dos professores ou da direção, após a aprovação de novos estatutos pelo diretor (Leite, 1968, p. 7).

As coordenadoras questionavam a proximidade entre o diretor e os(as) estudantes, que entendiam como subversiva aos padrões hierárquicos e de autoridade. Segundo elas, na mediação dos conflitos Clóvis frequentemente lhes dava razão, contestando a autoridade docente; quando se tratava de punições, não as punha em prática conforme haviam sido definidas. Para as coordenadoras, a "[...] ênfase [da direção] era toda sobre o aspecto intelectual e os alunos transferiam os comportamentos intelectuais para a crítica indiscriminada à escola, professores e métodos empregados" (Magaldi, 1968, p. 20).

A rebeldia estudantil iria além, ao se engajar em movimentos extramuros, como a greve dos universitários no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), em 1966. O estopim fora a reivindicação contra o aumento da refeição no restaurante, mas os(as) estudantes pleiteavam maior autonomia na gestão do CRUSP. A reitoria recusou-se a negociar. Em passeata a favor da causa, quatro estudantes do CA foram detidos (Greve no CRUSP, 1966). Em solidariedade, os(as) secundaristas do CA organizaram piquetes e paralisaram atividades. Segundo Magaldi (1968), em vez de reprimir o movimento, o diretor teria acompanhado às classes os representantes do diretório para convocarem os(as) colegas à assembleia. Entendendo a sua neutralidade como uma disfarçada posição em favor do movimento, um grupo de docentes pressionou o diretor para que o colégio fosse liberado.

Os relatórios da Comissão de Sindicância revelam que Julieta Ribeiro, Sylvia Magaldi e Scipione Di Pierro Netto entendiam que o poder do diretor se sustentava no endosso sistemático de Werebe, que o havia indicado ao cargo. Elas e ele condenavam a gestão dos assuntos disciplinares, inclusive dos orientadores educacionais, e eram avessos à orientação política do diretor. Magaldi e Ribeiro insinuavam que Clóvis incitava a subversão, por ter afirmado que a greve era uma forma de treinamento político dos(as) estudantes, enquanto Scipione (1968) o acusava de ser 'esquerdista' e 'subversivo'.

O CONTROVERSO ANTEPROJETO DE REGULAMENTO

Bojikian (1968) entendeu, a certa altura, que sua gestão emperrava, seja pela multiplicidade de comandos e desencontros entre a cadeira de Metodologia de Ensino e a direção, seja pela necessidade de que todas as decisões, mesmo as mais corriqueiras, tivessem de tramitar nas altas instâncias deliberativas. Como boa parte das reuniões frequentemente não alcançava quórum, os atrasos engendravam lapsos de funcionamento e suprimento. Para solucionar, foi instaurada uma comissão, integrada por Maria José Werebe, Amélia Americano, José Augusto Dias e Bojikian, que deveria apresentar um anteprojeto de revisão do regulamento.

As diretrizes do anteprojeto apresentado eram concentrar poderes no diretor, responsável pelas diretrizes didático-pedagógicas e pelas deliberações administrativas e financeiras; encarregar coordenadores e direção da orientação do corpo docente; reduzir a frequência de reuniões do Órgão de Planejamento a duas vezes por ano. O anteprojeto buscou sanar a indefinição quanto às atribuições do SOP e do SOE, definindo que a cadeira de Metodologia Geral do Ensino prestaria assessoria técnica por meio de instrutores(as) e indicaria a coordenação; aos(às) professores(as) do ginásio caberia a orientação das atividades de estágio.

Ao recebê-lo, o chefe do DE, Roque Spencer Maciel de Barros, interpretou o documento como uma tentativa de desvirtuar o que entendia ser o objetivo do CA: servir à faculdade como campo de estágio e prática de ensino. Compartilhavam esse entendimento Julieta Ribeiro Leite e Sylvia Magaldi, que teriam alertado Amélia sobre as consequências que a reorganização traria ao SOP (Magaldi, 1968). A diminuição do poder catedrático estava definida, ao determinar que a orientação dos estágios caberia aos(as) professores(as), e não mais aos(as) instrutores(as) da cadeira. Por assim entender, em reunião de outubro, Amélia Americano opôs-se ao papel consultivo atribuído à cátedra, alegando que, ao atribuir ao diretor a responsabilidade pelas diretrizes didático-pedagógicas, retirava-se da cátedra o poder concedido por lei federal. Após a discussão, o Órgão de Planejamento aprovou parcialmente o regulamento, de modo a permitir que o diretor recebesse os poderes, mas definindo que a sua designação caberia à cadeira.

REPERCUSSÕES DA EMINENTE DEPOSIÇÃO

No dia seguinte, 4 de outubro, Clóvis foi às salas do colégio. Segundo depoimento de Scipione Di Pierro Netto (1968, p. 2), para a turma que assistia à sua aula o diretor teria dito:

> "O colégio acaba de passar por uma mudança de estrutura e sua direção ficaria à cargo da Cadeira de Metodologia Geral do Ensino, como não pertenço a Cadeira, permanecerei no Colégio até o fim deste ano. Obrigado e até logo".

A declaração do diretor causou perplexidade, rapidamente motivando o tumulto. No dia 5 de outubro, circularam informações desencontradas sobre os fatos e argumentos que teriam levado à suposta demissão. Alunos(as) do colegial se reuniram em assembleia do grêmio, enquanto membros da Associação dos Amigos das Classes Integradas do Colégio de Aplicação (ASASICA) se encontravam na residência de Werebe e Amélia Americano reunia instrutores(as) de ensino para lidar com o caos que se instaurava[6].

Amélia convocou uma reunião, no dia 6 de outubro, para que Clóvis explicasse os motivos de ter anunciado a sua demissão. Clóvis abriu a reunião às 18h, prevenindo que havia uma assembleia para às 20 horas, com estudantes, familiares e professores(as). Enquanto Amélia expunha suas discordâncias quanto ao anteprojeto, Clóvis interveio para lembrá-la da assembleia. A catedrática lhe disse que não concluíra, mas ele declarou a reunião encerrada. Diante dos protestos de Julieta Ribeiro e Sylvia Magaldi, o diretor deixou o recinto, acompanhado de um grupo de docentes.

Compreensivelmente ofendida, Amélia Americano convocou o DE para uma reunião de urgência, ao fim da qual a decisão do conselho foi a de afastá-lo da direção, mantendo-o na escola como instrutor. Consta que Werebe foi a única pessoa a defendê-lo na reunião. O assistente da cadeira de Administração, José Augusto Dias, foi provisoriamente incumbido da direção (Departamento de Educação, 1967).

Com o anúncio, os secundaristas se reuniram no dia seguinte, 10 de outubro, deflagraram greve e ocuparam o edifício do CA, transformando-o em 'Território Livre'. Exigiam, além da manutenção do diretor, maior participação nas instâncias deliberativas; autonomia de gestão e a definição inconteste de que o colégio deveria ter como objetivo a formação integral de secundaristas, em vez de atender aos interesses do departamento.

O TERRITÓRIO LIVRE

No dia 16 de outubro de 1967, o Órgão de Planejamento oficiou Julieta Ribeiro Leite como diretora do CA, para a fúria dos(as) grevistas, que já suspeitavam do envolvimento da coordenadora na demissão. O 'Manifesto Che Guevara', dirigido a Amélia Americano, reafirmava a necessidade de destinar o colégio à formação integral

[6] Em 1965, Julieta Ribeiro Leite criou a ASACICA, para financiar as classes integradas e melhorar a estrutura física do CA (Bojikian, 1968).

secundária e a demanda de participação estudantil nas decisões sobre o regulamento. No manifesto 'Alunos de Pedagogia em Greve', alegava-se que a transferência de direção fora um "[...] golpe baixo do grupo reacionário do Departamento de Educação [...]", composto por Heládio Antunha, José Eduardo Villalobos, José Querino Ribeiro, Roque Spencer, Amélia Americano, Scipione Di Pierro Netto e Moysés Brejon (Comissão de Sindicância..., 1968, p. 272).

Devido à greve, as aulas foram suspensas por três dias, com o objetivo de desagregar e desmobilizar os(as) estudantes. Julieta Ribeiro Leite (1968) relata ter pedido a Clóvis que ajudasse a evitar o movimento, tendo também redigido um manifesto, subscrito por professores(as), a fim de contê-lo. O ex-diretor afirmaria à Comissão de Sindicância que não tencionou intervir, em atitude análoga à que tomara na greve do CRUSP (Leite, 1968). Por seu turno, Werebe (1968) disse à sindicância que Clóvis nada poderia ter feito para convencer os(as) alunos(as) de que não havia injustiça em seu afastamento, pois disso ele mesmo não estava plenamente convencido.

Julieta Ribeiro Leite tentou, sem sucesso, convencer os(as) alunos(as) a interromperem o movimento, enquanto as famílias organizavam uma comissão para dialogar com o DE. À sindicância, Heládio Antunha, Scipione Netto, Amélia Americano, Roque Spencer e Sylvia Magaldi alegaram que a greve não era representativa, tendo em vista haver novecentos(as) estudantes matriculados(as). Nas contas de Leite (1968, p. 11), cerca de "[...] 40 alunos dirigiram [e] 150 foram massa de manobra".

Previa-se a volta às aulas no dia 19 de outubro, mas os(as) alunos(as) se recusaram a entrar, montando um piquete junto à porta principal. A polícia foi chamada a intervir, mas não há consenso, nos depoimentos, sobre quem a teria chamado. Ao chegarem os agentes, os(as) alunos(as) invadiram a escola. Segundo Amélia (Castro, 1967, p. 4, grifo do autor),

> Precauções foram tomadas, inclusive, o trancamento dos laboratórios. Estavam presentes, além da depoente, os professores da. Julieta, Bernardo Issler, Scipione e Sylvia Magaldi, além de outros, chegando depois os professores Roque e Heládio Antunha. Apareceram no colégio dois agentes do Dops e os professores impediram sua entrada. Os alunos que faziam agitação na rua, ao verem a viatura policial, entraram de roldão no colégio e, depois de uma rápida assembleia, um dos alunos, Sergio Rubinstein, veio comunicar que haviam decidido ocupar o colégio, declarando "território livre", e que pediriam a retirada dos professores, dando para isso um prazo; trariam oportunamente professores de sua confiança para dar as aulas. Teriam os professores um prazo para atender às suas reivindicações, isso poderia ser até as 18 horas.

Em seguida, pediram para que o corpo de funcionários e professores se retirasse e informaram que o diálogo seria aberto após uma assembleia. Tendo deliberado, declararam que só desocupariam o edifício quando o DE revisse a demissão e que, se fosse escolhida outra pessoa, que não fosse Julieta Ribeiro, mas uma pessoa 'neutra', ou seja, não comprometida com os interesses da cadeira. Os(as) estudantes convidaram professores(as) e estagiários(as) simpáticos(as) à causa para que oferecessem aulas na ocupação, e estudantes de outras escolas se solidarizaram, emitindo moções de apoio.

À Comissão de Sindicância, Boris Schnaiderman (1968) disse ter participado da comissão de familiares que se prontificara a mediar as relações com o DE, que teria solicitado a revisão da demissão, considerando o que Bojikian havia feito pela escola, mas o pedido não foi lido. O grupo teria decidido não impedir a greve, que considerava de direito, e deu apoio material à ocupação, levando roupas e mantimentos. Schnaiderman (1968) afirmou que entre os familiares havia uma divisão, com um grupo defendendo a greve e requerendo a readmissão de Clóvis, e outro indignado com a subversão dos(as) estudantes, que não teriam estatura para questionar as deliberações da universidade.

No dia 21 de outubro, houve uma reunião da comissão de familiares, em que as pessoas contrárias à greve compareceram em grande número, com a finalidade de dar fim ao movimento. Segundo Antunha (1967, p. 2), o objetivo da convocação era criar outra comissão, "[...] que fosse menos facciosa [...]", para negociar com o DE. Enquanto tentavam um acordo, dois alunos adentraram, dando início a uma tumultuada discussão. Consta que Sérgio Rubinstein, líder dos(as) estudantes, afirmou que as suas reuniões eram mais organizadas, sendo expulso pela audácia. Então, o grupo favorável à greve se manifestou e, em solidariedade, retirou-se da reunião (Schnaiderman, 1968)

Liderados por Heládio Antunha (1967), familiares da nova comissão resolveram pôr em prática uma estratégia diversa de negociação. Foi feito um telefonema, na madrugada de sábado, para Erwin Rosenthal, diretor da FFCL, requisitando que comparecesse à ocupação. O diretor aceitou a tarefa, tendo chegado, com professores(as) e o chefe do departamento, ao 'território livre', por volta das 3 horas da manhã. Pegos(as) de surpresa enquanto dormiam, os(as) alunos(as) o teriam, segundo Antunha (1967, p. 3), recebido com um desrespeitoso "O que vocês vieram fazer aqui?". Amélia Americano narrou à Comissão de Sindicância:

> Os alunos arranjaram os móveis de uma das salas de aula em semicírculo, para receber os professores. O professor Erwin disse aos estudantes que haviam cometido faltas graves: a ocupação de prédio público com infringência da LEI e a greve, que era ilegal. Todavia, não levaria isso em conta e prometia relevar quaisquer sanções se desocupassem imediatamente o prédio. Os alunos

> reiteravam, porém, seu desacordo com o regulamento e reclamavam a saída da nova diretora. A depoente disse a eles que não se tratava, no momento, de discutir essas questões, mas que deviam retirar-se do edifício do colégio. Falou o professor Roque fazendo um breve histórico dos acontecimentos, insistindo em que as decisões tomadas não seriam desfeitas, mas que o diálogo era possível a fim de que os alunos opinassem sobre o futuro regulamento, podendo para isto constituir uma comissão. Os alunos, entretanto, insistiam sempre em suas pretensões. Disseram que só a assembleia poderia decidir se deixariam ou não o prédio. Perguntou professor Erwin se aquele grupo estaria disposto a sair e se na assembleia se pronunciaria nesse sentido. Uma aluna opinou que só deixariam o prédio mediante a constituição de uma comissão, deliberativa e não consultiva destinada a resolver os problemas pendentes. Depois de quase uma hora de conversa, face a atitude dos alunos estava claro que aquele grupo não queria cooperar (Antunha, 1967, p. 6).

Acreditando que os(as) alunos(as) desejavam ganhar tempo, Spencer e Rosenthal procuraram o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Cel. Sebastião Ferreira Chaves, que encarregou o Delegado Adjunto Alcides Cintra Bueno Filho, do Deops, da operação. Ao chegarem os agentes, foi-lhes solicitado que cercassem o prédio ao fim da tarde de domingo, 23, concedendo aos(as) ocupantes um curto prazo para a retirada completa. No domingo, aproximadamente às 23 horas, chegaram as viaturas. Os policiais invadiram o colégio, forçando os(as) alunos(as) a sair (Castro, 1967). Bernardo Rubinstein (citado por Janotti, 2021, p. 26), pai de Sérgio, estudante do colegial e presidente do Diretório Estudantil do CA, relatou aos deputados da Assembleia Legislativa a sua versão, detalhando os atos de violência cometidos na operação policial:

> Nesse mesmo instante de seis a oito elementos do DEOPS investiram a pontapés sobre o portão principal do CA, abrindo-o às escâncaras e agredindo sem dó nem piedade todos os que lá se encontravam, ou seja, pais, mães e alguns professores, que foram empurrados com violência para fora, no pátio. Enquanto isso se passava, os mesmos investigadores, acompanhados de vários guardas-civis, ingressaram no prédio e não atenderam pais que gritavam em socorro dos filhos, nem a mães que gritavam pedindo piedade em relação aos menores que lá estavam. Nada conteve a sanha dos investigadores que, pouco depois, conduziam os menores para fora do prédio empregando indescritível violência. Diretores e alguns professores mantiveram-se indiferentes ao que lá se passava.

Abismada, a orientadora Maria José Werebe (Comissão de Sindicância..., 1968, p. 200) escreveu ao diretor da FFCL:

> Custo a crer que profs. de Cadeiras educacionais de nossa Faculdade tenham sido os responsáveis pelo espetáculo deprimente que se passou ontem no Colégio, nada fazendo para impedir que os alunos, inclusive as crianças, fossem agredidos pelos policiais. Os profs. e um orientador que se encontravam no recinto do estabelecimento não foram poupados pelos policiais.
> Durante toda a crise do Colégio revelaram estes profs. pouca habilidade no trato com os jovens. Mas o recurso aos meios indignos para submetê-los evidenciam a sua total inépcia como educadores, ainda mais depois que os alunos se dispunham a deixar hoje o Colégio para tentar, junto a V. Excia. uma solução para a crise.

No dia 31 de outubro, Rosenthal respondeu à carta, dizendo que a professora havia se precipitado ao acusar colegas de inépcia no papel de educadores(as).

A ocupação do CA foi considerada escandalosa pelos(as) docentes da faculdade. Das atas do conselho do DE constam manifestações de reprovação do ato, sendo inadmissível que os(as) jovens não respeitassem a autoridade docente. Em medida extrema, o departamento requisitou do Conselho Técnico e Administrativo a denúncia do convênio do CA junto à Secretaria dos Negócios da Educação, alegando que não poderia manter responsabilidades sobre um estabelecimento que não aceitasse a sua orientação. Werebe manifestou contrariedade e pediu a reconsideração do caso, mas teve o voto vencido. Sua solitária resistência tornou-se mais frágil devido à repercussão das acusações da carta a Rosenthal. Em sessão de 6 de novembro, o catedrático José Querino Ribeiro retirou-se da sala do conselho, dizendo-se 'abalado' com as acusações de Werebe, declarada *persona non grata* pelo DE (Departamento de Educação, 1967), do qual seria expulsa no início de 1969 (Santos, 2015).

A CRISE DO CA COMO FATO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Em 'O retorno do fato', Pierre Nora (1988, p. 188) afirma que, paradoxalmente, "[...] o acontecimento testemunha menos pelo que traduz do que pelo que revela, menos do que é do que pelo que provoca". Em última análise, a ocupação do CA, acontecimento cuja narrativa se reconstituiu, traduz a revolta dos(as) estudantes contra uma medida vista como injusta e autoritária, que alvejava um diretor pelo qual nutriam grande afeto. Não é este significado intrínseco, entretanto, que faz do incidente um fato revelador para a história da educação. A começar pelas motivações, os depoimentos à Comissão de Sindicância, se examinados pelo avesso, indicam que

aos(às) estudantes agradava ter a posse da palavra que o diretor lhes concedia, seja coletivamente, nas Jornadas Pedagógicas, seja individualmente, nas querelas disciplinares contra os poderes institucionais. Como aponta Nora (1988, p. 182), o direito à palavra, sua posse e seu uso público eram apelos que eclodiriam nos movimentos de maio de 1968:

> [...] como sabemos, [este] foi o festival da palavra agitadora; todas as formas coabitaram para constituir o próprio acontecimento: palavra de líderes e palavra anônima, palavra mural e palavra verbalizada, palavra estudantil e palavra operária, palavra inventiva ou citativa, palavra política, poética, pedagógica ou messiânica, palavra sem palavras e palavra-bruto [...].

Não foi por acaso que o movimento grevista de estudantes de um colégio secundário da cidade atraiu tantas atenções. Ele teve o condão de provocar outros coletivos e setores da vida social em demanda de vocalização, a começar pelo movimento estudantil universitário, que tratou prontamente de recobrir o ato com suas bandeiras, religando-o a uma rede que incluía estudantes, docentes e intelectuais simpáticos às causas revolucionária e anti-imperialista. Segundo Janotti (2008, p. 8),

> Os alunos do Curso de Pedagogia da FFCL divulgaram manifesto, datado de 12 de outubro [de 1967], contra as arbitrariedades do Departamento. Denunciavam o acontecido como um golpe que o grupo reacionário havia perpetrado contra a prática da Orientação Educacional na Faculdade, privilegiando a Metodologia do Ensino, que já dirigia o Setor de Orientação Pedagógica do colégio e pelo anteprojeto [de regimento] ficaria também responsável pela direção. Vinculavam esse golpe com a reestruturação da USP sob as diretrizes dos acordos com o governo norte-americano, denominado MEC/USAID. [...] Estudantes de outros estabelecimentos solidarizavam-se com os alunos do CA pelos jornais. Na escola ocupada compareciam integrantes de vários Centros Acadêmicos, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e intelectuais faziam conferências no horário das aulas.

Na imprensa de São Paulo, a disputa de narrativas sobre a greve estudantil esteve presente e gerou diferentes interpretações, a considerar os dois maiores jornais do estado[7]. Na primeira reportagem publicada sobre a greve, a *Folha de S. Paulo*

[7] Para a análise das matérias jornalísticas, os autores se valeram das transcrições realizadas por Maria de Lourdes Janotti e por ela doadas ao acervo do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, onde se encontram disponíveis. Outrossim, asseguram ter conferido os originais em suas versões digitalizadas, nos portais de ambas as empresas.

apresentou minuciosamente o relato e os argumentos dos(as) estudantes ouvidos, pontuados com depoimentos de familiares, que elogiaram a pessoa e a gestão de Bojikian (Entrou em greve o Colégio de Aplicação, 1967). Em artigo de Manoel Moraes Neto e Celso Ming Azevedo, que visitaram a ocupação, os(as) estudantes são apresentados com seus nomes e funções, com a intenção de mostrar ao público a boa organização do movimento, a par da seriedade das reinvindicações. Ao final do texto, os autores afirmam que a greve, naquela ocasião em seus últimos dias, fora "[...] uma das mais bem organizadas já realizadas em São Paulo" (Moraes Neto & Azevedo, 1967, p. 14). Ao dar oitivas, palavras e nomes próprios aos(às) estudantes, *A Folha de S. Paulo* não só conferiu ao movimento um caráter legítimo de contestação, como construiu uma imagem da ocupação contrastante com as representações oferecidas pela polícia e endossadas por *O Estado de S. Paulo*.

Diferentemente do grupo *Folha*, *O Estado de S. Paulo* mantinha laços estreitos com a FFCL. O histórico protagonismo da empresa e dos intelectuais de seu entorno na criação da universidade e na montagem da FFCL-USP estendia-se por essa época à atuação de Roque S. M. Barros como articulista de 'Notas e Informações', coluna que funcionava como um editorial (Bontempi Jr., 2015). As matérias sobre a greve revelam os vieses derivados dessas afinidades. Ao acompanhar os acontecimentos, o leitor é instado a tomar como verdades a interpretação emanada do DE, com o endosso da direção da faculdade e da Secretaria de Educação, de que cabia apenas a seu conselho tomar as decisões sobre a organização do colégio (Ulhôa Cintra apoia Filosofia, 1967). Também se endossa a versão do delegado do Deops, que alegou não ter sido ilegal nem violenta a evacuação do prédio (Dops retirou os grevistas, 1976). O jornal deu primazia aos 'esclarecimentos' emitidos por Barros, em ofícios e cartas que integralmente reproduz (Diretor faz esclarecimento, 1967; Ulhôa Cintra apoia Filosofia, 1967), silenciando familiares e professores(as), com a exceção da carta de 56 docentes em protesto contra a sua exclusão nas recentes decisões sobre a escola (Aplicação leva greve adiante, 1967).

A sequência de notas jornalísticas revela que o Departamento de Educação buscava a justificação de seu poder autocrático sobre o CA numa interpretação rígida dos termos de convênio, sustentada nas boas relações de seu chefe com o diretor da FFCL-USP, Erwin Rosenthal; com o secretário da educação e ex-reitor da USP Ulhôa Cintra e com o próprio *O Estado de S. Paulo*. Em 21 de outubro, sinalizando aos envolvidos e à opinião pública o risco jurídico iminente da sublevação, o periódico registrava que o secretário não cogitava denunciar o convênio, porque a faculdade tomara as decisões corretas e de sua competência (Ulhôa Cintra apoia a Filosofia, 1967). O jornal divulgou, além disso, o relatório em que a autoridade policial justificava a ação repressiva descrevendo imagens de desordem, sujeira e promiscuidade, em que 'meninas' fumavam e conviviam com rapazes mais velhos, sob as vistas de pais negligentes (Dops retirou os grevistas, 1967).

O Diretório dos Estudantes do CA, embora pressionado pela direção da escola e acossado pelo cerco das autoridades policiais, tomou suficiente coragem para encaminhar uma carta à redação do *Estado,* contestando o relatório do delegado do Deops. Nessa carta, publicada na íntegra, negavam que os investigadores tivessem adentrado o 'território livre' e que nele houvesse sujeira, desordem ou promiscuidade. Por fim, denunciavam como falsa a declaração do delegado de que não teria havido agressões físicas pelos policiais e assentavam que o Deops não era "[...] o órgão competente para encontrar solução [...]" para o caso (Greve declina no Aplicação, 1967, p. 13).

Em poucos dias de ocupação, o movimento havia se transformado, deixando em segundo plano a sua causa imediata e adotando itens do repertório tático e ideológico do movimento estudantil organizado, que desde o início o apoiara (Entrou em greve o Colégio de Aplicação, 1967). No dia 21, *O Estado de S. Paulo* publicou o manifesto de desistência de 106 colegas do Grêmio Estudantil, declarando que a greve havia sido "[...] inteiramente desvirtuada por um pequeno grupo que se apossou do comando geral, o qual está levando o Colégio para o caos e a ruína total" (Ulhôa Cintra apoia a Filosofia, 1967, p. 14). Era evidente a radicalização, liderada por estudantes mais politizados(as).

No dia 20 de outubro, quando o impasse se tornara crítico, os(as) grevistas haviam lançado ao departamento as "[...] condições mínimas para um diálogo produtivo" (Ulhôa Cintra apoia a Filosofia, 1967, p. 14). Entre outras condições, exigiam do departamento o compromisso de acatar as deliberações que fossem tomadas em uma futura assembleia tripartite, com o que ressoavam a pauta da Greve do 1/3, de 1962, capitaneada pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Já a declaração, publicada no dia 25, de que a pauta fundamental não era mais, como a imprensa vinha repetindo, a readmissão do ex-diretor, mas a oposição às diretrizes da reestruturação impostas ao colégio (Greve declina no Aplicação, 1967), as quais seriam, por sua vez, consequências diretas dos acordos MEC-USAID (Comissão de Sindicância..., 1968, p. 250), revelam o transbordamento semântico da ação rebelde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bibliografia sobre o Colégio de Aplicação da FFCL-USP destaca a repercussão política de seu encerramento durante a ditadura militar, com ênfase nas disputas entre setores progressistas e conservadores da universidade, cujas divergências sobre os rumos do colégio contribuíram para a crise final. Para Janotti (2008, 2021), o fim da experiência se explicaria pelo caráter educativo da escola, de uma formação crítica incompatível com o regime autoritário. Werebe (1980) e Warde (1980) identificaram os limites da inovação educacional pretendida no elitismo da clientela e na existência de condições excepcionais irreplicáveis em escolas públicas. Para Almeida (2022), não obstante a violência externa no momento final, havia um conjunto intrincado de

problemas estruturais, financiais e organizacionais que geravam conflitos entre gestores, familiares e estudantes; incompatibilidade entre as expectativas do departamento e da gestão pedagógica da escola; disputas de poder acadêmico que desequilibravam o organograma escolar.

A ocupação do CA, portanto, pode não ter sido a causa eficiente, embora tenha cumprido um papel crucial, não só em sua extinção, mas na própria memória coletiva (Dallabrida, 2017; Almeida, 2020). Ao ser processada pelos veículos de comunicação de massa, a ocupação tornou-se um acontecimento que transcendeu os muros da escola e amplificou a voz de algumas dezenas de estudantes, de modo que fosse ouvida pela opinião pública. Retroalimentada pela repercussão dos atos e crescentemente magnetizada pela efervescência da maré montante estudantil, aquele irrompimento de indisciplina escolar e civil, diferentemente narrado e ressignificado à luz das respectivas linhas editoriais foi engolfado pelos conflitos políticos e morais de uma sociedade bipolar, na qual um regime vigilante e repressivo os reduzia aos termos de ser a favor ou contra a 'revolução'.

A expressão da ousadia estudantil, com palavras de ordem, faixas e barracas, somada aos experimentos psicopedagógicos inovadores e destoantes do tradicional ensino secundário e aos tenteios democráticos de uma gestão heterodoxa fizeram do CA uma célula incômoda à FFCL-USP, à Secretaria da Educação e ao próprio regime. Na confluência das ações e das falas dos agentes, camadas de implicações e significados colaram-se ao protesto dos(as) estudantes e, sobretudo pela ação da imprensa, a greve transformou-se em fato para a opinião pública e para a classe política. Se, como afirma Nora (1988), o acontecimento testemunha tanto o que revela como o que provoca, as narrativas constituintes fizeram do pequeno grupo rebelde uma extensão do movimento estudantil 'esquerdista'; seu comportamento renitentemente 'amoral' e 'insubmisso' completaria os sinais de subversão imediatamente captados pelos agentes da repressão.

Não é fortuito que os fatos da ocupação do CA tenham se aglutinado, no noticiário dos jornais, a outras 'crises' contemporâneas envolvendo coletivos docentes e estudantis. Naquele mesmo outubro de 1967, manchetes anunciavam a iminente renúncia do reitor da Universidade de Brasília, Laerte Ramos de Carvalho, em vista da fracassada intervenção contra os servidores e docentes declarados subversivos (Universidade de Brasília..., 1967); a criminalização do congresso dos estudantes paulistas (O DPF considera subversivo..., 1967, p. 10); a detenção do presidente da UNE, Luiz Travassos, em Recife (O XI não quer a UEE..., 1967). Em sua sucessão e por seu conjunto, notícias como essas criavam um cenário vertiginoso de insubordinação e de desordem, que para os mais conservadores justificariam medidas repressivas, efetivamente tomadas pelo governo militar, com a decretação do AI-5.

REFERÊNCIAS

Almeida, N. F. (2020). A comemoração das vanguardas pedagógicas do ensino secundário paulista da década de 1960: reconstruir o passado para moldar o futuro. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, 29*(59), 110-128. https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2020.v29.n59.p110-128

Almeida, N. F. (2022). A vitrine vista de dentro: a história da disputa e as disputas na história do Colégio de Aplicação da FFCL-USP [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-19072022-155551/pt-br.php

Antunha, H. G. (1967). *Depoimento à Comissão de Sindicância do Colégio de Aplicação (processo n. 2.624/67 out. 1967-jan. 1969), dez. 1968* [Documento disponível no Arquivo Geral da Universidade de São Paulo].

Aplicação leva greve adiante. (1967, 14 de outubro). *O Estado de S. Paulo*, p. 12.

Bojikian, C. (1968). *Depoimento à Comissão de Sindicância do Colégio de Aplicação. Processo n. 2624/67 out. 1967-jan. 1969, dez. 1968* [Documento disponível no Arquivo Geral da Universidade de São Paulo].

Bontempi Jr., B. (2015). *Laerte Ramos de Carvalho e a constituição da história e filosofia da educação como disciplina acadêmica.* Edufu.

Castro, A. A. D. (1967). *Depoimento à Comissão de Sindicância do Colégio de Aplicação. Processo n. 2.624/67 out. 1967-jan. 1969, dez. 1968* [Documento disponível no Arquivo Geral da Universidade de São Paulo].

Castro, A. A. D. (1992). Memória do ensino de didática e prática de ensino no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação, 18*(2), 233-240. https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33496

Chaloba, R. F. S. (2023). Prefácio. In N. Dallabrida (Org.). (2023). *"Brechas no monólito educacional": classes secundárias experimentais e inovação no ensino secundário nos anos de 1950 e 1960* (pp. 5-9). Appris.

Comissão de Sindicância do Colégio de Aplicação. (1968). *Processo n. 2.624/67 out. 1967-jan. 1969*. [Documento disponível no Arquivo Geral da Universidade de São Paulo].

Correia, E. S. (2018). Colégios de aplicação pedagógica: sua história e seu papel no contexto educacional brasileiro. *Revista Eletrônica Pesquiseduca, 9*(17), 116-129. https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/619

Cunha, L. A. R. (1983). *A universidade crítica* (3a ed.). Francisco Alves.

Dallabrida, N. (2017). As classes secundárias experimentais: uma tradição escolar (quase) esquecida. *Revista Brasileira de História da Educação, 17*, 213-234.

Dallabrida, N. (Org.). (2023). *"Brechas no monólito educacional": classes secundárias experimentais e inovação no ensino secundário nos anos de 1950 e 1960*. Appris.

Departamento de Educação. (1967). *Atas do conselho* [Acervo Julieta Ribeiro Leite no CME-FEUSP].

Di Pierro Netto, S. (1968). *Depoimento à Comissão de Sindicância do Colégio de Aplicação. Processo n. 2.624/67 out. 1967-jan. 1969, dez. 1968* [Documento disponível no Arquivo Geral da Universidade de São Paulo].

Diretor faz esclarecimento. (1967, 15 de outubro). *O Estado de S. Paulo*, p. 26.

Dops retirou os grevistas. (1967, 24 de outubro). *O Estado de S. Paulo*, p. 15.

O DPF considera subversivo o encontro estudantil e vai abrir inquérito pelo Congresso da UEE. (1967, 10 de outubro). *Folha de S. Paulo*, p. 16.

Entrou em greve o Colégio de Aplicação. (1967, 13 de outubro). *Folha de S. Paulo*, p. 14.

Fontes, A. A. B. (1999). *Inovações educacionais: autores e atores das classes experimentais* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo.

Garcia, M. A., & Vieira, M. A. (Orgs.). (1999). *Rebeldes e contestadores: 1968. Brasil, França e Alemanha*. Fundação Perseu Abramo.

Greve declina no Aplicação. (1967, 25 de outubro). *O Estado de S. Paulo*, p. 13.

Greve no CRUSP. (1966, 22 de setembro). *O Estado de S. Paulo*, p. 16.

Hollanda, C. B. (1968). Roda viva. In *Chico Buarque de Hollanda* (Vol. 3). RGE.

Janotti, M. L. (2008). Imprensa e ensino na Ditadura. In A. C. Ferreira, H. G. Bezerra, & T. R. Luca (Orgs.), *O historiador e seu tempo* (p. 95-116). EdUnesp,.

Janotti, M. L. (2021). Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo (1955 - 1970). *RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, 7*, 2021.

Leite, J. R. (1968). *Depoimento à Comissão de Sindicância do Colégio de Aplicação. Processo n. 2.624/67 out. 1967-jan. 1969, dez. 1968* [Documento disponível no Arquivo Geral da Universidade de São Paulo].

Magaldi, S. (1968). *Depoimento à Comissão de Sindicância do Colégio de Aplicação. Processo n. 2624/67 out. 1967-jan. 1969, dez. 1968* [Documento disponível no Arquivo Geral da Universidade de São Paulo].

Moraes Neto, M. M., & Azevedo, C. M. (1967, 21 de outubro). Ninguém entra no Colégio de Aplicação. *Folha de S. Paulo*, p. 14.

Müller, A. (2010) *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo.

Nora, P. (1988). O retorno do fato. In J. Le Goff, & P. Nora (Orgs.), *História: novos* problemas (3a ed., pp. 179-193). Francisco Alves.

Rozante, E. L. (2008). *A Revista de Pedagogia da Cadeira de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1955-1967): a formação do professor de ensino secundário* [Dissertação de mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Santos, A. N. (2015). *As origens da Faculdade de Educação da USP: o Departamento de Educação da F.F.C.L. (1962-1969)* [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.

Schnaiderman, B. (1968). *Depoimento à Comissão de Sindicância do Colégio de Aplicação. Processo n. 2.624/67 out. 1967-jan. 1969, dez. 1968* [Documento disponível no Arquivo Geral da Universidade de São Paulo].

Suplemento dedicado ao Colégio de Aplicação (1960). *Revista de Pedagogia, 4*(11-12).

Ulhôa Cintra apoia a Filosofia. (1967, 21 de outubro). *O Estado de S. Paulo*, p. 14.

Universidade de Brasília vive nova crise e o reitor quer exonerar-se. (1967, 10 de outubro). *Folha de S. Paulo*, p. 16.

Vidal, D. G., Bontempi Jr., B., & Salvadori, M. A. B. (2016). Tempos pretéritos e escolhas de futuro: a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a formação docente. *Educação & Realidade, 41*(n. esp.), 1419-1440. https://doi.org/10.1590/2175-623667087.

Vieira, L. (2020). *Classes experimentais secundárias de instituições públicas de ensino do estado de São Paulo: um estudo sobre formas de circulação e apropriação de práticas pedagógicas (1951-1962)* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo.

O XI não quer a UEE clandestina. (1967, 7 de outubro). *Folha de S. Paulo*, p. 14.

Warde, M. J. (1980). O Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo. In W. E. Garcia (Coord.), *Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas* (pp. 101-131). Cortez.

Werebe, M. J. (1980). Alcance e limitações da inovação educacional. In W. E. Garcia (Coord.), *Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas* (pp. 244-264). Cortez.

Werebe, M. J. G. (1968). *Depoimento à Comissão de Sindicância do Colégio de Aplicação. Processo n. 2.624/67 out. 1967-jan. 1969, dez. 1968* [Documento disponível no Arquivo Geral da Universidade de São Paulo].

Bruno Bontempi Júnior: Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Historiador, Mestre e Doutor em Educação, com pós-doutorado em História na UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação: sujeitos, instituições e práticas (Brasil, séculos XIX-XX); pesquisador associado do Projeto Temático "Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)" e do Grupo de Estudos e Pesquisas Science in Circulation. Bolsista Produtividade 1D-CNPq.

E-mail: bontempi@usp.br
https://orcid.org/0000-0002-8524-2652

Natália Frizzo de Almeida: Professora na Universidade São Judas Tadeu e no Instituto Federal de São Paulo. Historiadora com bacharelado e licenciatura pela USP, pedagoga e especialista em Gestão Escolar, com mestrado e doutorado em História da Educação pela FE-USP. Atua em pesquisas sobre História e Educação, com ênfase na história das universidades e nas relações entre educação e política durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

E-mail: natfrizzo@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-8463-7241

Recebido em: 29.06.2024
Aprovado em: 09.01.2025
Publicado em: 01.05.2025

Nota:

Este artigo faz parte do dossiê "A Educação nos Tempos da Ditadura".

Editores responsáveis:

Eduardo Lautaro Galak (UNLP, Argentina)
E-mail: eduardo.galak@unipe.edu.ar
https://orcid.org/0000-0002-0684-121X

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)
E-mail: elizabethfsa1@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-5861-7535

Rosa Fátima de Souza Chaloba (Unesp)
E-mail: rosa.souza@unesp.br
https://orcid.org/0000-0002-3905-7317

Rodadas de avaliação:
R1: três convites; nenhum parecer recebido.
R2: três convites; dois pareceres recebidos.

Como citar este artigo:

Bontempi Júnior, B., & Almeida, N. F. de (2025). Território livre: a ocupação estudantil do Colégio de Aplicação (São Paulo, outubro de 1967). *Revista Brasileira de História da Educação, 25,* e368. DOI: https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e368

Financiamento:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Licenciamento:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).